

REUNIÃO FINAL PARA DISCUSSÃO DA REDELIMITAÇÃO DO PEJ – ANO 2005

ROTEIRO DA REUNIÃO

1. apresentação do objetivo da reunião por ALEXANDRE TADEU;
2. apresentação do CONSELHO DO PEJ (origem, objetivo e situação atual) por ANGÉLICA BEATRIZ;
3. apresentação dos mapas do PEJ, por ANGÉLICA BEATRIZ:
 - a) limite original constante da lei de criação, de 12/01/2001;
 - b) limite proposto pela comunidade em 19/05/01;
 - c) limite proposto e discutido com lideranças de Mumbuca, Boa Esperança e região, e Carrapato, em 22/11/2003, e com lideranças de Carrapato e Mata, em 13/01/2004, com base em estudos técnicos.
4. Coordenação de esclarecimentos e discussões por ALEXANDRE TADEU.

COMUNIDADES NO INTERIOR DO PEJ (Dados do PROBIO 2002-2003)

- CARRAPATO / FORMIGA / MATA

43 casas – 104 moradores

- MUMBUCA E REGIÃO

52 casas – 169 moradores

- BOA ESPERANÇA E REGIÃO

54 casas – 246 moradores

- CAPÃO DO MODESTO / LAGEADO

05 casas – 24 moradores

ATA DA REUNIÃO DE DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE REVISÃO DOS LIMITES DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO

Aos oito dias do mês de março de 2005, reuniram-se no Povoado da Mumbuca, município de Mateiros, estado do Tocantins, às 14 horas, a convite do diretor de Desenvolvimento Sustentável do Naturatins, Alexandre Tadeu, os técnicos do PEJ, os agentes de fiscalização e a comunidade em geral, para discussão sobre a proposta de revisão dos limites do Parque Estadual do Jalapão. A reunião foi iniciada com a explicação do Sr. Alexandre sobre o motivo da reunião e a palavra foi passada para o Sr. Odir, que representando o prefeito do município de Mateiros, Sr. Gumercino, disse algumas palavras sobre a implantação do PEJ e demonstrou sua preocupação com possíveis desapropriações que possam afetar a comunidade. Sr. Alexandre prosseguiu esclarecendo que o Parque foi criado dentro da lei, que a comunidade não vai ser despejada da noite para o dia, que o Parque trouxe muitos benefícios e ainda trará mais para o município e que seu compromisso com a comunidade é de sempre dizer a verdade. Disse também acreditar na possibilidade de uma mudança de atitude da comunidade em relação aos problemas ambientais e citou como exemplo a caça. A reunião prosseguiu com a técnica Angélica Beatriz fazendo esclarecimentos sobre o Conselho Consultivo do PEJ, apresentou então os conselheiros presentes, ressaltou a importância de tal Conselho e prosseguiu mostrando primeiramente o mapa com os limites originais com que o PEJ foi criado, apontando os povoados e atrativos e explicou o porquê da criação do PEJ. Depois foi mostrado outro mapa, com limites sugeridos pela comunidade, o que não interessou ao governo por deixar os atrativos de fora e prosseguiu com o terceiro mapa, cujos limites deixavam as comunidades, que antes estavam dentro, para fora dos limites do Parque. Entendido isso pela comunidade, a reunião prosseguiu com o Sr. Alexandre tirando as dúvidas, esclarecendo regiões questionadas pela comunidade e o Sr. José Acilon questionou sobre os procedimentos da desapropriação e valores que serão pagos pelas propriedades, e o Sr. Alexandre respondeu as perguntas e explicou quais os órgãos que se envolvem no processo; explicou a lei que diz que os moradores serão reassentados e os proprietários de lotes indenizados; que o valor pago pelo governo poderá ser contestado até que o proprietário fique satisfeito e que o processo de desapropriação será iniciado pelos atrativos. A Sra. Ana Claudia questionou se é o proprietário quem terá que arcar com as despesas de advogado e Sr. Alexandre explicou que a comunidade deve se organizar através das Associações e procurar a Defensoria Pública. O Sr. Martins disse que a Defensoria Pública não assume ações contra o próprio governo e Sr. Alexandre sugeriu que o Conselho do PEJ buscasse essas informações trazendo algum defensor público para maiores esclarecimentos e ressaltou a importância da comunidade estar organizada. O morador da Mumbuca, Sr. José Ribeiro da Silva, conhecido como Paizinho, levantou a importância da queimadas e desmatamentos para a criação do gado e foi colocado pelo Sr. Alexandre a importância da queimada controlada. A Sra. Aldina perguntou sobre a coleta de capim dourado, principal fonte de renda da região e que a comunidade será prejudicada pois o mesmo não pode ser coletado dentro da área do PEJ; o Sr. Alexandre falou das pesquisas que estão sendo realizadas com o capim dourado e que conforme o seu uso, se direto ou indireto, poderá ser coletado dentro da área do PEJ. Ressaltou novamente a importância da comunidade se organizar e exigir a implantação de uma agência do Ruraltins no município de Mateiros. O Sr. Galvão pediu a palavra e disse que a lei de criação do Parque prescreve em cinco anos, afirmação que foi esclarecida pelo Sr. Alexandre como sendo

incorreta, que a lei de criação do Parque não prescreve e que o tempo para aprovação e declaração de utilidade pública é de aproximadamente sessenta dias. Para finalizar a reunião, foi questionado se todos concordavam com a proposta apresentada e discordaram o Sr. Martins, Sr. Galvão, Sr. Moisés, Sr. José Acilon e sua esposa Maria Francisca, a Sra. Noeme e a Sra Iraciene, um total de sete pessoas dentre todos os presentes. Por fim, foi distribuído para toda a comunidade o calendário com as riquezas e atividades desenvolvidas na região do Jalapão.

Redação da Ata: Técnica do Naturatins, Cassiana Moreira.



O Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Naturatins, Alexandre Tadeu e o Sr.Odir, representante da Prefeitura Municipal de Mateiros, procedendo com explicações e esclarecendo dúvidas do público



Público presente na reunião na Sede da Associação de Mumbuca



A técnica do Naturatins e gerente do PEJ, Angélica Beatriz explicando os mapas das propostas de alteração de limites do PEJ



Público presente na reunião na Sede da Associação de Mumbuca



Limite original do PEJ conforme Lei nº 1.203, de 12/01/2001



Limite proposto pela comunidade em 19/05/2001, a partir de discussões realizadas com apoio da ONG Conservação Internacional do Brasil – CI



Limite proposto e discutido com lideranças de Mumbuca, Boa Esperança e região, e Carrapato, em 22/11/2003, e com lideranças de Carrapato e Mata, em 13/01/2004, com base em estudos técnicos. Foi apresentado e aprovado nesta reunião com recuo dos limites do PEJ e desafetação das da área das comunidades, inclusão de novas áreas e manutenção dos atrativos turísticos